

# HABEAS DATA

São Pedro d'Aldeia  
inaugura 2ª Vara  
Federal

*Pág. 6*



## TRF2 dá início a ampla pauta de mutirões de conciliação em 2012

D. Ivone Lara participou de um dos mutirões de conciliação promovidos em março, pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da Segunda Região (NPSC2). A "primeira-dama do samba", que também foi assistente social na rede pública de saúde, é parte de um processo que trata de gratificação de servidor. *Pág. 4 e 5*



Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Presidente:

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Vice-Presidente:

Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Corregedor Regional da Justiça Federal:

Desembargador Federal ANDRÉ FONTES

Desembargador Federal FREDERICO GUEIROS

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER

Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND

Desembargador Federal REIS FRIEDE

Desembargador Federal ABEL GOMES

Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora Federal LILIANE RORIZ

Desembargadora Federal LANA REGUEIRA

Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador Federal GUILHERME COUTO

Desembargador Federal GUILHERME CALMON

Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA

Desembargador Federal JOSÉ FERREIRA NEVES

Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO

Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO

Desembargador Federal GUILHERME DIFENTHAELER

Juiz Federal Convocado MARCELO PEREIRA

Juiz Federal Convocado RICARDO PERLINGEIRO

Juiz Federal Convocado THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO

Juiz Federal Convocado ALUÍSIO MENDES

Diretor Geral: JADERSON CORREA DOS PASSOS

**Ano XIV - nº 85 - Abr / Jun 2012**

Assessora de Comunicação Social

Ana Sofia Brito Gonçalves

Redação

André Camodego, Marcelo Ferraz e Assessorias de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

Diagramação, Impressão e Acabamento

Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

Projeto Gráfico

Daiane Moraes

Revisão

André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)

Foto

NCOS / SJRJ

## Biblioteca do TRF2: Novas aquisições

Atualmente, a biblioteca do TRF2, que funciona no 8º andar da Corte (Rua Acre 80, no Centro do Rio), tem em seu acervo cerca de 13 mil livros, 251 exemplares de obras raras, vários periódicos, e material de multimídia. E a cada mês, enriquece seu acervo com novas aquisições.

Vale a pena conferir alguns títulos que já se encontram disponíveis aos usuários:

"O Novo Regime Jurídico da Prisão Processual, Liberdade Provisória e Medidas Cautelares Diversas" de Aury Lopes Jr;

"Novo Código de Processo Civil - Comparativo entre o Projeto do Novo CPC e o CPC de 1973" de Jefferson Carús Guedes, Felipe Camilo Dall'Alba, Guilherme Beux Nassif Azem e Liliane Maria Busato Batista (organizadores);

"Prisão e Liberdade - As reformas processuais penais introduzidas pela Lei 12.403, de 4 de maio de 2011" de Guilherme de Souza Nucci.

A biblioteca do TRF2 funciona de segunda a sexta, das 12h às 17h, e está aberta a magistrados, servidores, estagiários e cidadãos em geral.



## Guilherme Diefenthaler toma posse no TRF2



Guilherme Diefenthaler e Raldênio Costa

Em cerimônia conduzida pelo vice-presidente do TRF2, desembargador federal Raldênio Bonifacio Costa, no gabinete da Presidência, tomou posse no dia 25 de janeiro o mais novo integrante da Corte. O agora desembargador federal Augusto Guilherme Diefenthaler, que até então era o titular da 19ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, foi nomeado para compor o corpo julgante do Tribunal pela presidente Dilma Rousseff, no dia 24 de janeiro.

O magistrado havia sido indicado para o cargo no dia 22 de agosto de 2011, por unanimidade,

pelo Plenário do TRF2, para ocupar a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade deixada pelo desembargador federal Alberto Nogueira, que se aposentou em 2011.

Ao ato de posse, compareceram autoridades e servidores, como o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, e os juízes federais Marcelo Pereira da Silva, Sandra de Campos e Marcell Maria Carvalho Siqueira.

## Cartilha "A Justiça Federal vai ao cidadão"

Já está disponível para leitura e *download*, no site do TRF2, a cartilha "A Justiça Federal vai ao cidadão", que fala sobre cidadania e sobre a estrutura e funcionamento dos três poderes da União. A iniciativa é da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região, que lançou a ideia para atender estudantes do último ano do ensino fundamental e do ensino médio.

Redigido pela Assessoria de Comunicação Social do TRF2, o material foi elaborado na forma de diálogo com os jovens, com o intuito de estimulá-los a refletir sobre seu papel na sociedade organizada e sobre o que cada um pode fazer para melhorar as condições da coletividade. Além disso, o livretinho explica como os cidadãos podem requerer seus direitos no Judiciário e ainda fornece contatos oficiais dos órgãos que existem para garanti-los ou restituí-los.

Para acessar a cartilha, basta visitar o endereço eletrônico [http://www.trf2.jus.br/publicacoes\\_oficiais/Documents/publicacoes\\_oficiais.aspx](http://www.trf2.jus.br/publicacoes_oficiais/Documents/publicacoes_oficiais.aspx)



Accesse o link pelo seu celular com o aplicativo de QR Code

# TRF2 dá início a ampla pauta de mutirões de conciliação em 2012

A programação de 2012 do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) contempla, entre fevereiro e dezembro, 18 mutirões de conciliação nas capitais e no interior da Justiça Federal da 2ª Região, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Com os eventos, o órgão espera, até o final do período, facilitar o acordo entre autores e réus em pelo menos 6,3 mil processos que tramitam nas duas unidades da federação. Mas o NPSC2, que integra a estrutura do TRF2, ainda pretende incluir outros mutirões no cronograma: "Para se ter uma ideia, só de novembro do ano passado para cá recebemos 167 e-mails de cidadãos, com pedidos de inclusão de processos na nossa pauta. Isso mostra que estamos no caminho certo", comemora a juíza federal Marcella Brandão, que atua há mais de um ano no NPSC2.

A agenda do Núcleo é variada e inclui, entre

outros assuntos, questões previdenciárias, ações envolvendo danos morais contra a Caixa Econômica Federal (CEF), cobranças de anuidades da OAB, pedidos de pagamento de gratificações de servidores públicos e reclamações referentes a correção de contas do FGTS. Mas o principal foco das pautas de audiências são processos que contestam índices de reajuste das prestações da casa própria adquirida com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O tema vai render mutirões quase todos os meses do ano, a partir de março, que devem levar para as mesas de negociação entre as partes aproximadamente 3,3 mil processos. Com isso, a Justiça Federal da 2ª Região deve superar bastante a meta fixada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja expectativa é de que sejam realizadas pouco mais de 2,6 mil audiências conciliatórias com causas do SFH nos estados fluminense e capixaba em 2012.



Os mutirões têm conseguido grande adesão dos cidadãos

## Mutirão de conciliação com CEF em Magé termina com 91,2% de acordos

O primeiro mutirão do ano, realizado em Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro, registrou um mais que expressivo índice de acordos firmados: 91,2% das audiências realizadas terminaram em consenso entre as partes. O evento foi promovido para

solucionar ações ajuizadas contra a Caixa Econômica Federal, que pedem indenização por danos morais e materiais. No total, aconteceram 57 audiências, com 52 acordos, entre os dias 13 e 14 de fevereiro.

# Mais de 75% de acordos firmados no mutirão de conciliação com pedidos de pagamento de gratificações de servidores

Entre os dias 13 e 15 de março, o NPSC2 realizou, na sede da Justiça Federal do Rio de Janeiro, no centro da cidade, 349 audiências de conciliação envolvendo processos movidos por servidores públicos inativos ou pensionistas da União, objetivando o recebimento de diferenças de gratificações. No total, 263 audiências (75,57%) terminaram com o consenso entre as partes. Na ocasião, 697 pessoas foram atendidas e o valor dos acordos homologados passou de R\$ 2,5 milhões.

O mutirão foi realizado com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL), inaugurado em 2011 na sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ). Previsto na Resolução nº 125, de 29/11/2010, do CNJ, o CESOL tem como principal objetivo oferecer meios consensuais para a solução de conflitos, além de disseminar a cultura de pacificação social.



A juíza federal Adriana Cruz é um dos magistrados que participam do projeto

## D. Ivone Lara participa de mutirão de conciliação na Justiça Federal da Segunda Região

A primeira-dama do samba era parte de um dos processos pautados para o mutirão da AGU, realizado na sede da Justiça Federal do Rio de Janeiro, em março.

Embora experientes em mutirões, a equipe que trabalhou no evento se emocionou com a presença da cantora e compositora d. Ivone

Lara. Ela compareceu a uma das audiências de conciliação, no dia 13, e teve atendimento prioritário por apresentar dificuldade de locomoção. No processo em que era parte houve acordo. Muito simpática, d. Ivone recebeu os cumprimentos das pessoas que participavam do mutirão e posou para fotos.

## São Pedro d'Aldeia inaugura 2ª Vara Federal



NCOS / SJRJ

Magistrados, servidores, autoridades municipais, representantes das Forças Armadas, da Igreja e da sociedade civil participaram da solenidade de inauguração da 2ª Vara Federal de São Pedro d'Aldeia, no dia 06 de março.

Na ocasião, o vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Raldênio Bonifacio Costa, destacou o empenho pessoal da presidente Maria Helena

Cisne, para que essa unidade fosse instalada no município, considerando a posição central da cidade, situação que facilita o acesso de advogados e partes da Região dos Lagos à Justiça Federal.

As varas federais de São Pedro d'Aldeia têm jurisdição sobre seis municípios: Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e Saquarema, que reúnem mais de 500 mil habitantes.

## Concurso para servidores da 2ª Região tem quase 120 mil inscritos

Com quase 120 mil inscritos, a Justiça Federal da 2ª Região está realizando concurso destinado à formação de cadastro reserva e ao provimento de cargos técnico-administrativos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Estados que são abrangidos pela 2ª Região). A execução do concurso está a cargo da Fundação Carlos Chagas.

A aplicação das provas objetivas, redação e estudo de caso ocorreu em março, enquanto a

aplicação das provas práticas ficou para maio.

Os cargos incluídos no edital são o de analista e o de técnico judiciário, áreas administrativa e judiciária. Entre as especialidades oferecidas, estão, para os candidatos de nível superior, a de arquitetura, arquivologia, biblioteconomia, contabilidade e enfermagem. Para quem entrou na disputa pelas vagas de nível médio, as opções são, entre outras, as de técnico em telecomunicações e eletricidade, e contabilidade, enfermagem e informática.

## TRF2: saque de precatórios de 2012 já poderá ser feito a partir de maio

Antes do final do semestre, os cidadãos que têm precatórios para receber em 2012 referentes a ações ajuizadas na Justiça Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) já poderão sacar os valores. Nos termos da Constituição, os precatórios do ano poderiam ser pagos até 31 de dezembro. A agilização do pagamento foi possível graças ao cronograma acertado entre o Judiciário e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A verba é repassada para o TRF2 através do Conselho da Justiça Federal (CJF).

O TRF2 está efetuando o depósito de quase de R\$ 1,04 bilhão para quitar as dívidas judiciais do período. Em maio, já estão disponíveis para os beneficiários os créditos de todos os precatórios de natureza alimentícia, que somam, aproximadamente, R\$ 582 milhões. Precatórios alimentícios são os que compõem a renda, como, por exemplo, aqueles relativos a causas envolvendo salários e vencimentos de servidores públicos federais, bem como concessão ou restabelecimento de aposentadorias, pensões ou outros benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para o saque dos precatórios dessa natureza, o titular do crédito não precisa solicitar alvará, procedimento que é necessário para os precatórios comuns. Basta o titular do crédito judicial se dirigir a qualquer agência da instituição bancária onde for efetuado o depósito, para fazer o saque.

Ainda em maio, o TRF2 deposita os valores para quitação de metade dos precatórios não-alimentícios, que totalizam cerca de R\$ 456,5 milhões, podendo os saques por alvará ser realizados a partir de junho. O restante dos precatórios de natureza não-alimentar será depositado em junho, e o saque poderá ocorrer de julho em diante.

Precatório comum, ou não-alimentício, é o que não integra a renda do beneficiário, como os que provêm de ações de indenizações (desde que não sejam por morte ou invalidez), de desapropriações e de questões tributárias, entre outras.

Os precatórios são depositados em contas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil vinculadas à Justiça Federal, onde os titulares são os próprios beneficiários. Para saber em que banco será depositado o valor do precatório e a data exata em que o crédito estará disponível para saque, basta acessar a página do TRF na internet [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br) e fazer a consulta pelo número do precatório ou pelo número do CPF/CNPJ do beneficiário.

Os Bancos conveniados exigem a apresentação de original e cópia de identidade, CPF e comprovante de residência. Caso o beneficiário não possa comparecer pessoalmente, ele poderá constituir procurador, autorizando-o, especificamente, a fazer o saque. É necessário que, na procuração, conste o número do precatório.

## Primeira prova escrita do concurso público para juiz federal substituto da 2ª Região tem 107 aprovados

Desde 7 de março, está disponível no portal Transparência Pública do TRF2 o Edital nº 10, que divulga a lista dos 107 candidatos aprovados na primeira prova escrita, realizada em 05 de fevereiro deste ano. O edital, de 07 de março de 2012, foi assinado pelo presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do concurso, desembargador federal Poul Erik Dyrland.

Para consultar o documento disponível na página do TRF2 na internet ([www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)), basta clicar no link “Transparência Pública/Concursos/Magistrados/13º Concurso”.



Acesse o link pelo seu celular com o aplicativo de QR Code

## Desembargador federal Romário Rangel é homenageado no ES



A Justiça Federal do Espírito Santo prestou no dia 16 de março homenagem “in memoriam” do desembargador federal Romário Rangel, com solenidade de aposição de placa com seu nome no Fórum da JFES.

Romário Rangel foi responsável pela instalação e organização da Justiça Federal no Espírito Santo, em 1967. Em 1989, foi nomeado desembargador federal do TRF2, do qual foi o primeiro presidente, incumbindo-lhe a tarefa de implantá-lo e organizá-lo.

Capixaba de Cachoeiro de Itapemirim, Romário Rangel também foi jornalista, professor da Universidade Federal do Espírito Santo e autor de diversas obras. O magistrado faleceu no dia 1º de dezembro de 2011, aos 87 anos, no município de Vila Velha/ES.

### Desembargadora federal Maria Helena Cisne, presidente do TRF2

"Quem, como eu, já exerceu a presidência de uma instituição tão complexa como o nosso tribunal federal sabe bem as dificuldades de tal repto. E se isso é verdade hoje, em que temos estruturas administrativas e técnicas plenamente consolidadas, bem como recursos materiais e humanos, se não ideais, ao menos suficientes para cumprirmos nossos encargos, imagine-se como seria logo após a fundação de nossa Casa, quando tudo estava por fazer: desde requisitar funcionários e adquirir mobílias e equipamentos, até constituir as secretarias e serviços e realizar as obras de adaptação do prédio, para instalar turmas, gabinetes e setores de apoio.

O fato é que o desafio não intimidou o primeiro presidente do TRF2, e, decorridos apenas dois anos,

o desembargador federal Romário Rangel entregou à gestão que o sucedeu um Tribunal pronto e plenamente operante. Como foi possível fazê-lo? Com competência e dedicação incansável. E, acima de tudo, com a consciência de que ali estava uma grande missão a ser cumprida, da qual não se poderia jamais refugar, como se pode extrair das suas próprias palavras, registradas para a posteridade na primeira sessão extraordinária do nosso Plenário: "O destino nos reuniu para concretizarmos uma ideia. De nós depende o futuro do Tribunal", disse ele aos seus pares.

Dr. Romário Rangel foi como um cometa: seguiu seu rumo, mas deixou um rastro luminoso. Esse é o destino dos grandes homens."

### Desembargadora federal Liliane Roriz, diretora-geral da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf)

"Tive a honra de ocupar o cargo de assessora de juiz do desembargador federal Romário Rangel, durante o período de sua gestão na Presidência do Tribunal e, depois, enquanto integrou a antiga Primeira Turma, até sua aposentadoria, em junho de 1992.

Com ele, aprendi muito, apreciando os exemplos de honradez e dedicação no exercício da magistratura.

Sua autoridade era incontestável, assim como imperiosa era a expressão de seu olhar, cuja força era

uma de suas características indelévelis.

Tenho certeza de que doutor Romário Rangel fez escola. Embora os tempos sejam outros, convém aprender com os ensinamentos daquele que teve a oportunidade de instalar a Justiça Federal no Espírito Santo e o TRF2, missões que cumpriu brilhantemente.

Dr. Romário Rangel merece todas as nossas homenagens."